

## LAZER E TRABALHO NA BAÍA DE GUARATUBA

Patrícia de Melo Farias

Beatriz Leite Ferreira Cabral

Marcio Vianna

**RESUMO:** Muitas famílias que residem em proximidade às Unidades de Conservação situadas em proximidade ao Estuário da Baía de Guaratuba estão imersas em um contexto influenciado pelo dinamismo do lazer e turismo; desenvolvimento urbano; especulação imobiliária; mudança na forma de praticar atividades tradicionais; e implantação de unidades de conservação. Diante deste cenário, nota-se a emergência de novas formas de relação com o ambiente, entre elas, a gestão do turismo. Face a isto, emergem questões como: De que maneira conciliar formas e relação tão distintas com os que integram o ambiente da Baía de Guaratuba? Para tanto, o presente artigo tem como objetivo, suscitar uma reflexão sobre aspectos teóricos sobre os temas lazer e gestão do lazer em áreas naturais, indicando para possibilidade de construção de formas de gestão do lazer que superem a dicotomia entre lazer e trabalho.

**Palavras-chave:** Lazer; Ambiente; Trabalho.

**ABSTRACT:** Many families who live nearby protected areas that are located next to Guaratuba Bay Estuary are immersed in a context influenced by leisure and tourism; urban development; real estate speculation; change in the way of practicing traditional activities; and implementation of protected areas. In this context, emerges new forms of relationship between social groups with the environment, including, tourism management. In view of this, the question of this paper is: How to reconcile forms and relationship as distinct with that integrate the environment of the Bay of Guaratuba? Therefore, this article is in order to raise a reflection on theoretical aspects of the leisure topics and leisure management in natural areas, pointing to the possibility of building forms of leisure management that overcome the dichotomy between work and leisure.

**Keywords:** Leisure; Environment; Work.

## INTRODUÇÃO

Estuários possibilitam diferentes formas de lazer e trabalho. O Estuário da Baía de Guaratuba está localizado no município de mesmo nome, ao sul do litoral paranaense. Formada por rios cujo montante está nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja e Araraquara, a baía apresenta numerosos canais e ilhas em seu interior e é margeada em quase todo o perímetro por extensos manguezais (BRANDINI, 2008). Tais características possibilitam a realização de atividades náuticas no espelho d'água; bem como a realização de trilhas no seu entorno, pois o local está situado em proximidade a importante remanescente de Mata Atlântica. Na

perspectiva de muitas pessoas que vivem em cidades próximas a Baía de Guaratuba e seu entorno, este território conta com diversos atrativos turísticos, que proporcionam atividades de lazer.

No entorno da Baía de Guaratuba, estão situados equipamentos náuticos que exercem influência sob o modo como as atividades de lazer atualmente são praticadas. A infraestrutura viária, também favorece a expansão do lazer no município, sendo que, em 1960 foi instalado serviço de balsa para travessia de automotores no estuário (SAMPAIO, 2006). Sobretudo ao norte da Baía, em proximidade ao município de Matinhos, onde se localiza o late Clube Caiobá, são praticadas atividades como “*stand up*”; passeio de barco e refeições nos restaurantes que possuem como iguaria principal, as ostras produzidas na região.

No entanto, apesar da náutica e pesca amadora serem atividades de lazer já consolidadas na Baía de Guaratuba, este território conta com potencial para outras modalidade de lazer, cujo desenvolvimento ainda é incipiente. Segundo pesquisa, em amostra de 50 entrevistados de diversas regiões do Brasil, 48 demonstraram grande interesse em passeios de barco ou caiaque e constatou-se que, entre 10 atividades listadas, a segunda a gerar maior interesse por parte dos entrevistados fora a opção: “Trilhas no Entorno da Baía de Guaratuba” (82% dos entrevistados) (SCREMIM, 2015).

Em relação ao trabalho, cerca de 86 espécies de peixes, foram catalogadas na Baía de Guaratuba, sendo que deste total, 37 espécies são comercializadas em mais de 75% dos mercados de peixe de Guaratuba Chaves et al. (2002). Além da pesca praticada para comercialização, a pesquisa de Mellinger (2013), indica que esta é a principal atividade de subsistência. A autora estima que muitas das atividades são praticadas de forma associada, como é o caso das comunidades do interior que praticam atividades agrícolas de forma conjugada à pesca (MELLINGER, 2013). Ao analisar os dados produzidos por Mellinger (2013), Cabral (2015) constata que, entre as atividades econômicas praticadas no estuário pelas unidades familiares do entorno da Baía, o turismo envolve um maior número de famílias.

As dinâmicas relacionadas aos modos de trabalho, lazer e relação da sociedade urbana com natureza na região do Estuário da Baía de Guaratuba

influenciaram diretamente na configuração do referido território. As transformações que marcam os diferentes contextos históricos estão associadas a: urbanização e expansão da náutica mudança nas embarcações; motorização e sistemas de pesca; mudança nas leis, normas e regulações sobre a pesca; e mudança na quantidade de peixes (CABRAL, 2015). Esse quadro contribuiu para o dinamismo dos ambientes e dos pescadores que se dedicam à pesca na Baía de Guaratuba. Destacam-se também o processo de urbanização associado à expansão do uso balneário na Zona Costeira, a diversificação de formas de trabalho e renda para população local e a criação de Unidades de Conservação.

Em relação às mudanças nas formas de trabalho praticadas, até 1970, a organização do trabalho na região da Baía de Guaratuba caracterizava-se pela ampla participação de diversas pessoas das comunidades. A pesca da tainha com espia, praticada na boca da Baía era bastante comum, bem como a prática dos guajus (mutirões) – que eram o sistema de organização das comunidades para o trabalho na roça (MELLINGER, 2013). Posteriormente, o advento do motor, como meio de propulsão das embarcações, constitui um marco no sistema de pesca em pequena escala (ANDRIGUETTO FILHO, 1999; 2003). Em decorrência deste processo, Andriguetto Filho *et al.* (2014) comentam que, a partir dos anos 1970, o arrasto de pequena escala do camarão-branco e do sete-barbas na plataforma interna torna-se a principal modalidade de pescaria do litoral do Paraná.

Ainda na década de 70, as transformações decorrentes da urbanização nos grandes centros, passaram a influenciar na dinâmica histórica das populações da região. As flutuações nas concentrações da taxa de urbanização das comunidades da Baía de Guaratuba estão associadas a fenômenos históricos relativamente recentes como as imigrações de novos moradores, pertencentes à classe média, com interesse em ganhos relacionados a atividade turística (PIERRE, 2003) e migrações entre comunidades da Baía. Mellinger (2013, p.65) registra que, posteriormente, no que se pode chamar de segunda fase, houve migrações de pescadores e suas famílias, vinculadas à “dificuldades de acesso a saúde, enlances matrimoniais e, num período bem mais recente, às restrições no uso dos recursos naturais pela legislação ambiental”. Atualmente, as migrações acontecem [ainda] por motivos de casamento e busca de trabalho (em parte vinculada às restrições acima

citadas) e é muito comum que os fluxos migratórios ocorram entre localidades situadas às margens da Baía de Guaratuba, direcionando-se ao centro dos municípios da região (MELLINGER, 2013).

Em 2001, através de lei federal, seria criado o Parque Nacional Saint Hilaire Lange (PNSHL) - integrado ao SNUC. O parque, que faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, é classificado como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Com uma abrangente área destinada à conservação, a Baía passou a abarcar diversos tipos de conflitos decorrentes dentre outros fatores, de questões fundiárias, das restrições advindas das legislações ambientais (FERREIRA, 2010), da competição entre pescadores “de dentro” e “de fora da Baía” e, ainda da relação entre pescadores e turistas (MELLINGER, 2013; PEREIRA et al., 2008).

Diante deste contexto, em que turistas/ visitantes; gestores ambientais; e populações locais frequentam os estuários, conforme o vínculo de trabalho ou divertimento, emergem questões como: Face a isto, emergem questões como: De que maneira conciliar formas e relação tão distintas com os que integram o ambiente da Baía de Guaratuba? Para tanto, o presente artigo pretende apresentar aspectos teóricos sobre os temas lazer e gestão do lazer em áreas naturais e, posteriormente, discorrer sobre a gestão do lazer na Baía de Guaratuba, a partir de dados de Cabral (2015) e outros produzidos ao longo do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral: “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba”.

## **DEBATE SOBRE LAZER E TURISMO**

Diante da inexistência de uma teoria consensual e tampouco oficial sobre o tema “lazer”, ao recorrer aos estudos consagrados, análises e pesquisas sobre o mesmo, nota-se que a produção bibliográfica brasileira sobre o tema está associada a basicamente três categorias: lazer como perspectiva do “tempo de não trabalho”; ele como mercadoria de consumo; e na perspectiva do lúdico e vivência da cultura; e sob o viés de contato com a natureza.

A perspectiva que analisa o lazer como elemento de compensação e recuperação para o trabalho tem como característica central a denúncia à alienação pelo lazer, através de estudos que predominaram durante o século XIX e metade do século XX. Segundo Gutierrez (2001), o lazer como fenômeno foi concebido e estudo, como um objeto de compensação e retribuição ao trabalho. O lazer como subordinado ao tempo livre das obrigações diárias. Apenas recentemente e, sobretudo nos últimos cinquenta anos, estes estudos passaram a assumir uma nova perspectiva, ao admitir o lazer como artigo de consumo, tendo em vista o contexto da “... formação social capitalista, na qual a vivência do lazer está sujeita aos valores de consumo, da acumulação do capital e da mercantilização do tempo” (GUTIERREZ, 2001, p. 148).

Com o advento do capitalismo, criou-se uma modificação dos valores: o tempo, não mais passou a ser medido, a partir de eventos naturais, mas arbitrado em unidades como anos, meses, horas e minutos, sendo objetivado e racionalizado de acordo com os fins de produção capitalista. Conforme afirmou De Masi (2001), a sociedade industrial tentou estabelecer “uma separação tão precisa quanto artificial, entre o tempo dedicado ao estudo e ao aprendizado; o tempo dedicado ao trabalho e aos negócios; e o tempo dedicado à diversão e ao cultivo do prazer” (DE MASI, 2001, p. 15). Neste sentido, o tempo de não-trabalho passa a ser considerado “menos importante, menos ético e menos complexo que o trabalho” (DE MASI, 2001, p. 07).

Tratando-se da contemporaneidade, assim como o trabalho é concebido como uma ferramenta de controle, também é possível considerar o lazer como um instrumento propício para a reprodução dos meios de “domínio imediato do capital”, em que o lazer passa a ser alienado (VIEITIEZ, 2002). Neste contexto, alienação e controle são associados no âmbito de estudos sobre o lazer, pois durante os momentos de lazer, cada indivíduo tem mais oportunidades de se questionar e refletir sobre sua vida. O protagonista para o controle do lazer no século XX foi o **consumo** associado ao uso de mídia e da indústria cultural (PARKER, 1978; KRIPENDORF, 2001; VIEITEZ, 2002). Na medida em que o consumo controla o lazer, este passa a controlar a sociedade. Por consequência, a ocupação do tempo

livre acabou assumindo um significado econômico (BACKAL, 2003). A estrutura das cidades influencia diretamente na forma como o lazer é configurado.

Kripendorf (1989) reconhece a tentativa por parte da administração pública, de implantar espaços dedicados ao lazer; a partir de esforços para manter alguns espaços “naturais” e implantar algumas instalações para o lazer. No entanto, o autor pondera que os espaços de lazer se distanciam dos espaços de moradia e de trabalho.

A expansão dos espaços de lazer é notável na Zona Costeira, onde ocorreu de forma acelerada, a expansão de bairros destinados a construção de moradias destinadas ao lazer. Segundo Montenegro Jr. (2012), os fenômenos da urbanização e de disseminação das segundas residências estão diretamente relacionados ao processo de industrialização e favelização como fatores capazes de explicar a ocupação do entorno das grandes cidades litorâneas. Para ele, o impacto ambiental das segundas residências é decorrente da “incapacidade dos poderes públicos de ordenarem o uso do solo, desestabilizando a sociabilidade dos locais onde se instalam, promovendo conflitos e tensões nas questões fundiárias” (MONTENEGRO JR, 2012, pg. 31). Diante disto, Luchiari (1999) aponta para a necessidade de que os processos de planejamento da atividade turística concebam outras formas de urbanização turística, que contemplem novos modos de sociabilidade.

O turismo influencia na ocupação do uso do solo e dos espaços sociais e ainda na mobilidade populacional. Além disso, lazer e turismo repercutem no modo como atividades econômicas tradicionais são praticadas e na forma de habitação dos moradores das áreas exploradas pelas atividades turísticas. Conforme explica Mascarenhas (2004), a urbanização está associada ao aumento demográfico, às condições precárias de emprego e renda, à elevação da comercialização do lazer e à atração de novos atores sociais (que passam a investir na localidade), além de contribuir para mudar a imagem dos destinos turísticos.

Existem várias vertentes para se discutir lazer em áreas naturais. Sob diversas motivações, desde a possibilidade de encontro com o exótico, acesso a locais “paradisíacos” ou inabitados; autoconhecimento (Baudrillard 1992; Brunhs 2002).

A pesquisadora Heloísa Brunhs (2002), em suas análises sobre o lazer, traz à luz a discussão sobre a conversão do cidadão em consumidor, em que “a natureza” passa a ser considerada como mais um: “...objeto do desejo”. Considera-se que este, por sua vez, seja amplamente alimentado e incentivado pelos meios de comunicação que vêm espetacularizando o consumo de esportes de aventura, de ação e ligados à natureza (FERNANDES, 1998).

Além das concepções que associam o lazer ao capital e ao consumo, há perspectivas teóricas que enfatizam a contraposição entre trabalho e lazer, em que lazer se alia à necessidade de sair da rotina, de fugir do estresse atribuído à vida urbana e da alienação advinda dos processos de automação e controle a que o indivíduo urbano está submetido.

A natureza passa a ser território em que trabalhadores gozam de momentos de liberdade. Atividades de aventura na natureza passam a proporcionar, ainda que contraditoriamente, segurança aos que desejam se expor a riscos, sejam eles fictícios, imaginários e controlados (Marinho 2007). Deste modo, a oposição a vida cotidiana em áreas urbanas, sob supostos controle, quando trocada por experiências em áreas naturais, seus autores passam a ser concebidos como vencedores, radicais, destemidos, corajosos e ecologicamente corretos.

Barreto (2004), ao fazer uma análise sobre estudos associados à relação entre visitantes e visitados, discorre que, além do turismo ser considerado um fenômeno social, sob a perspectiva dos núcleos receptores ele é um negócio, criado para fins de lazer. As pesquisas analisadas sobre este assunto mostram que “[...] os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas como hóspedes e realizar com eles trocas culturais, mas em receber o dinheiro trazido por eles” (BARRETO, 2004, p. 147).

Um dos aspectos relevantes que diferenciam modelos de desenvolvimento das atividades de lazer e turismo está no modo polissêmico de relações estabelecidas com o atrativo “natural”. No turismo convencional, este muitas vezes é considerado como um ambiente valorizado esteticamente e que proporciona a realização de atividades de lazer. Já no turismo alternativo, a relação com o ambiente possibilita ultrapassar este modo de interação, na medida em que a

“natureza” passa a ser concebida como um local para o aprendizado; para estabelecer novas formas de interação e que, muitas vezes, sobretudo no turismo comunitário, contempla também pessoas que vivem em relação próxima e com as quais os turistas desejam interagir. Considera-se que, em geral, o turismo alternativo possui como premissa que o desenvolvimento a partir do turismo deva estar vinculado às características do ambiente; aos anseios e a partir da participação da população local.

## **POLÍTICAS CONSERVACIONISTAS QUE INFLUENCIAM NA GESTÃO DO LAZER, TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS**

O mito da natureza intocada é explicado por Diegues (2000): como dotado de uma representação simbólica que diz respeito à existência de áreas naturais livres da influência do ser humano, cujos componentes (fauna, flora, acidentes geográficos) se encontram em estado “puro”, o que persiste até o momento imediatamente anterior à chegada do homem. Esse mito está implícito na concepção de proteção à natureza, onde considera-se que atividades antrópicas são destrutivas e ameaçadoras ao “equilíbrio” ecológico. Esta concepção acabou redundando, especialmente durante as últimas décadas do século XX, em diretrizes normativas cujo objetivo central era restringir ao máximo a intervenção humana nas áreas protegidas, procurando limitar o acesso a visitantes e pesquisadores - submetidos a regras restritas de visitação e uso.

Muitas unidades de conservação, foram constituídas em territórios habitados por populações tradicionais: estas, algumas vezes ao longo de diversas gerações, percebiam o espaço natural (repentinamente delimitado legalmente - e por decreto - como área protegida, sob gestão governamental e com uma série de rigorosas restrições) como um território que lhes possibilitava a perpetuação de um modo de vida.

No caso do Brasil, no ano 2000, foi aprovada a criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), dentro da visão predominante que considerava a presença humana como uma pressão antrópica extremamente nociva às áreas protegidas, buscando portanto minimizá-la. A criação do SNUC está

associada ao avanço dos movimentos ecológicos no século XX (que se expandiram notadamente a partir da década de 50), cuja preocupação central era combater a acelerada depredação do meio ambiente, proteger e preservar a natureza e abrir espaços para práticas do chamado “desenvolvimento sustentável”. Através da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza - criada pela ONU) foi estabelecida uma Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (em 1960).

A mudança de paradigma sobre estas áreas pode ser notada verificando-se os avanços ocorridos nas Conferências Mundiais de Parques Nacionais. Quanto a esses avanços, escreve o autor João Vitor C. Souza (2013) que a primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais, realizada em 1962, em Seattle (EUA), ainda estava “fortemente vinculada a aspectos ligados ao paradigma clássico, como a valorização da *wilderness*, ou seja, da natureza integralmente protegida das ações humanas”, visão predominante na Europa e Estados Unidos. Contudo, continua o autor: “a presença de representantes de outros continentes – como África, Ásia e América Latina – gerou indícios de que o questionamento e a flexibilização de tais prerrogativas seria inevitável.” (SOUZA, 2013)

João Vitor estabelece a terceira conferência (ocorrida em 1982), como o marco de transição entre os dois paradigmas, em função principalmente da inserção das questões sociais econômicas e culturais presentes em nações “menos favorecidas”. Em 1992, em Caracas/Venezuela, seria enfocada a necessidade de se incluir na gestão das áreas protegidas, setores da sociedade diversos. No quinto congresso, ocorrido em África do Sul, em 2003, seria estabelecida a necessidade de se vincular áreas protegidas e populações humanas como proposta para o desenvolvimento (SOUZA, 2013).

Paralelamente, com diferentes nomenclaturas tal como turismo solidário, turismo sustentável, ecoturismo, correntes teóricas vinculadas ao desenvolvimento do turismo alternativo ao turismo de massa basicamente estão associadas aos princípios relacionados à sustentabilidade e a outro modelo de desenvolvimento. A sustentabilidade estaria vinculada a algumas premissas tais como a conservação do ambiente, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, além da gestão participativa e geração de benefícios para o local (IRVING, 2002; BRANDON, 1999).

A Conferência da OMT, realizada em Manila no ano de 1980, inseriu e impulsionou a perspectiva do turismo alternativo, cujo objetivo principal deveria ser de promover a melhoria da qualidade de vida das populações (PIRES, 1998). Ao final do século XX e início do século XXI, o ecoturismo se consolidou no cenário nacional, sendo esta uma proposta de segmento turístico em que o enfoque da sustentabilidade é evidenciado na conservação, interpretação e vivência com a natureza como fator de atratividade (BRASIL, 2010).

Para Swarbrooke (2000), aspectos gerais que diferenciam o turismo de massa do turismo que visa à sustentabilidade. Para o autor, o turismo não sustentável se caracteriza por desenvolvimento rápido e em curto prazo; descontrolado; sem adequação da escala às características da localidade; visando benefícios quantitativos e realizado a partir do controle de agentes externos. A falta de planejamento, os modismos e a despreocupação com a localidade e o desenvolvimento local também caracterizam este tipo de turismo. Em contraposição, o autor concebe que os modelos de desenvolvimento que visam à sustentabilidade, pressupõem a participação da comunidade e a adequação da escala e ritmo com que a atividade se desenvolve; adequação da arquitetura para o turismo às características do núcleo receptor de turistas.

O modelo de turismo alternativo se contrapõe ao turismo massificado e aparece como grade parceiro ambiental, esta modalidade de turismo, está direcionada a baixa impactação, a preservação da natureza e a conservação dos modos de vida tradicionais, é particular em decorrência da baixa densidade de infraestrutura e serviços, pela valorização e vinculação aos ambientes e culturas de cada lugar. Esse tipo de turismo é proposto em comunidades que possuem modos de vida específicos, a partir de uma demanda crescente de turistas interessados em peculiaridades culturais e usufruto temporário dos espaços naturais onde estão localizadas as comunidades. No entanto, não se trata, apenas, de aspectos dos “atrativos turísticos” serem diferenciados daqueles visitados no turismo de massa, mas, sobretudo, de um outro modo de hospitalidade e de envolvimento dos turistas com os residentes da comunidade (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009). Tendo em vista a concepção apresentada sobre o caráter dinâmico da cultura, o turismo, ao mesmo tempo em que se apropria de determinados aspectos culturais

para suprir expectativas de determinadas pessoas, também contribui para reconstruir, produzir, valorizar culturas (SANTANA, 2009).

Entretanto, o Brasil é um país onde predominaram sistemas de gestão governamental elitistas, concentradores, personalistas e extremamente burocráticos. QUADROS et al (2015) citam o baixo índice de participação popular nas instâncias deliberativas governamentais, relacionado principalmente aos nossos processos históricos de colonização, situação que a ditadura militar reforçou. Este cenário começa a sofrer algumas mudanças significativas a partir de 1985, por exemplo, através da vitória de coalizações de esquerda, a partir das qual "constituem-se no cenário político experiências participativas envolvendo sociedade civil e suas organizações em conferências e consultas públicas como os Orçamentos Participativos (OPs), as Audiências Públicas (Aps)..." (QUADROS et al/2015, pgs.34 e 35).

O instrumento participativo previsto formalmente para as UC é o conselho que, no caso de categorias como os Parques Nacionais, é de caráter apenas consultivo, sendo "presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes." (LEI DO SNUC: No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, Artigo 17, parágrafo 5º). Os conselheiros têm mandato de dois anos, renovável por mais dois anos, por decisão do próprio conselho.

De acordo com o citado, entendemos que ações de manejo local (Parque nacional), devem ser realizadas de modo a atender os objetivos da Unidade de Conservação, incluindo atividades que tenham por fim a "preservação dos recursos naturais", permitindo a visitação para lazer, pesquisa e educação, desde que em conformidade com as normas da UC.

## **LAZER TRABALHO E AMBIENTE NA BAÍA**

A expansão do turismo representa uma atividade tipicamente dos moradores das grandes cidades, que passa a influenciar no dinamismo dos pescadores da Baía de Guaratuba, representando talvez um novo ciclo econômico, que exerce influência

não apenas na infraestrutura e serviços disponíveis, mas também na relação que os residentes estabelecem com o ambiente.

Atualmente, tendo em vista que as atividades de lazer desenvolvidas no Estuário da Baía de Guaratuba são praticadas sobretudo em seu espelho d' água nota-se que a forma como as atividades são praticadas reforçam a cisão entre lazer e trabalho, em que se valoriza o hábito de um grupo social em detrimento ao de outro. Portanto, faz-se necessário refletir sobre como esta atividade será organizada; e são necessárias metodologias que contemplem as realidades das comunidades.

Ainda que se reconheça que Parques Nacionais são subutilizados para fins de lazer, conforme afirma Chemin e Xx, reflexões devem ser feitas para tomadas de decisão e organização para gestão da visitação em unidades de conservação, de modo a possibilitar que moradores nativos exponham seus conhecimentos aos visitantes, o que nos leva a entender que trabalhar com as atividades de lazer, pode vir a ser uma forma de manutenção de sua forma de vida tradicional e de seus vínculos com o ambiente.

Ao longo de um ano de execução de projeto de extensão neste território foi possível perceber que inúmeras de outras possibilidades de lazer, sobretudo com possibilidade de realização de passeios de canoa e realização de trilhas, que são pouco estruturadas. Nota-se que em áreas do entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, esta constitui potencial alternativa de renda para famílias que vivem na região. Contudo, a falta de informações e a inexistência ou desatualização de instrumentos de ordenamento do uso público limita os avanços no ordenamento da atividade, sem que seja realizado o devido de atividades de turismo ou lazer; associadas a pesquisa e educação.

Neste contexto, sugere-se que sejam buscados mecanismos que possibilitem a gestão desta atividade, de forma condizente à forma de organização das unidades familiares da Baía, tendo em vista algumas falhas na gestão do Conselho do Parque Saint Hilaire/Lange, conforme aponta Quadros et. al (2015)., ao mencionarem “o desconhecimento da comunidade sobre quem é o seu representante no Conselho (55% dos entrevistados), resultado que, segundo os autores, pode levar ao questionamento da legitimidade dessa representação.

Apesar disso, é preciso reconhecer que os conselhos podem funcionar como possibilidade de diálogo entre a UC e a população e até mesmo um instrumento de fiscalização daquela. Mas é necessário criar outros mecanismos que possam integrar os responsáveis pela administração das UC às populações e empresários locais, aumentando os processos participativos. A própria estrutura das Unidades, extremamente carentes em termos de pessoal e recursos financeiros (no caso do PNSHL, apenas dois funcionários estão responsáveis por fiscalizar a área do parque (com 25 mil hectares) se beneficiaria com esta integração.

Ao descrever a relação entre a área de estudo e os pescadores da Baía de Guaratuba foi possível identificar que, ao mesmo tempo em que a pesca para lazer parece ser uma atividade que possibilita múltiplos envolvimento dos pescadores esportivos com o ambiente e ocasiona retornos financeiros a diversas famílias que residem nas proximidades da Baía, seja para fomentar a pesca artesanal do camarão, ao trabalharem como “guias” de pesca, seja para prestar serviços aos usuários de embarcações. Em contraposição, a disputa por espécies de interesse comum pode levar a conflitos ambientais entre turistas (CABRAL, 2015).

Segundo Cabral (2015) geral, pescadores que participaram da pesquisa atendem aos turistas têm a compreensão de que eles trazem benefícios ao local, pois isto representa uma alternativa de renda para a comunidade, na medida em que compram os peixes, se alimentam no restaurante ou lanchonete da comunidade ou compram farinha de mandioca. Algumas relações entre residentes e turistas vão além da perspectiva econômica, constroem vínculos de hospitalidade entre anfitriões e visitantes. Em oposição, a interação do turista com o morador pode ser de repulsa, e com desrespeito. A proibição de pesca com rede no período das férias escolares, nos canais da entrada da Baía, provoca tensão, tanto entre o pescador e os órgãos ambientais que fiscalizam o cumprimento das normas, como entre o pescador e o turista.

## **CONSIDERAÇÕES**

A gestão compartilhada do lazer facilitaria o vencimento do constante desafio que é garantir a preservação da área protegida (e de sua biodiversidade) e

proporcionar geração de renda que possa beneficiar as comunidades de entorno e a própria UC, através de ações como o emprego de prestadores de serviço locais para atividades de condução de visitantes, monitoramento da área e gestão administrativo financeira (e a implementação de parcerias com empresas da região).

Também colaboraria para melhorar a convivência entre as equipes da UC e as populações locais, amenizando conflitos causados pela forma de criação por decisão vertical “up down” (no caso do Parque sem consulta prévia), as desapropriações e pendências como a falta de regularização fundiária (devido a falta de verbas indenizatórias, cadastros mal feitos e outros fatores). O recrutamento de pessoas locais, através de parcerias com a iniciativa privada pode trazer riscos como questões trabalhistas, mas as vantagens advindas compensam os riscos.

Com relação ao funcionamento dos conselhos, experiências como o projeto “Integração e Capacitação de Conselhos e Comunidades na Gestão Participativa de UCs Federais e Estaduais – Oeste de SC e Centro-Sul do PR” ou do processo de “Gestão Participativa do conselho do Parque Nacional Serra dos Órgãos a partir da experiência de Educação Ambiental do IBAMA” (MUSSE, 2007) podem trazer exemplos de processos de gestão participativa (com adoção de ferramentas e processos de gestão potencialmente aplicáveis em outras UC) que colaborem para fortalecer os conselhos e reduzir os conflitos ambientais. Os dois exemplos citados têm em comum a importância destacada da Educação Ambiental dos atores envolvidos (o que pode ser realizado através de parcerias com entidades educacionais).

Ao enfatizarmos o nosso olhar, ao invés de no lazer proporcionado unicamente por um grupo e concentrarmos em nosso trabalho para atividades que aproximem pessoas com diferentes relações sob a natureza, então novos e criativos pontos de vista sobre gestão do trabalho e lazer em ambientes poderão ser pensados, revelando as conexões entre o trabalho e divertimento de anfitriões, e o trabalho e divertimento proporcionado aos que visitam ambientes que não estão acostumados.

## REFERÊNCIAS

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas Técnicos de Pesca e suas Dinâmicas de Transformação no Estado do Paraná, Brasil**. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Mudança Técnica e o Processo de Diferenciação dos Sistemas de Produção Pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 43-58, jul./dez. 2003.

BACKAL, S. **Lazer Universo dos Possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Relações entre Visitantes e Visitados: Um Retrospecto dos Estudos Sociotropológicos**. Turismo em Análise, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2004, p.133-149.

BAUDRILLARD, J. **Da Sedução**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1992. Revista Conexões, v.3, 1999 1 MESA REDONDA: LAZER & MEIO AMBIENTE: A NATUREZA COMO ESPAÇO DA EXPERIÊNCIA Heloisa Turini Bruhns Faculdade de Educação Física/UNICAMP.

BRUHNS, HT. **Lazer & Meio Ambiente Lazer e Meio Ambiente: A Natureza como Espaço da Experiência**. Revista Conexões, v.3, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lazer e Ciências Sociais**. São Paulo: Chronos, 2002.

CABRAL, B.L.F. **Entre Marés: Pesca Artesanal e Náutica na Baía de Guaratuba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CHAVES, P. T. C. et al. **A Pesca Artesanal na Plataforma do Estado do Paraná, entre a Baía de Guaratuba e o Estuário do Rio Saí-Guaçu: Uma Abordagem Ictiológica e Social**. Curitiba: Laboratório de Ictiologia Estuarina/UFPR, Relatório Técnico Final 106/2000. 2002.

DE MASI, D. (2001). **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante.

FERNANDES, R.C. **Esportes Radicais: Referências para um Estudo Acadêmico**. Conexões: Educação, Esporte e Lazer. Campinas, SP: v. 1, n. 1, p. 96-105, 1998.

FERREIRA, M. R. **Comunidades Rurais de Guaratuba – Paraná: Os Limites e as Possibilidades da Opção Extrativista como Meio de Vida no Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GUTIERREZ, L.G. **Lazer e Prazer: Questões Metodológicas e Alternativas Políticas.** Campinas: Autores Associados, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: Para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Urbanização Turística: Um Novo Nexo entre o Lugar e o Mundo.** In: SERRANO, C., BRUHUNS, H.T. e LUCHIARI, M.T.D.P. Olhares Contemporâneos sobre o Turismo. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

PEREIRA, L. A.; MELLINGER, L. L.; DREYER, M.; DIEDERICHSEN, A.; CHATWIN, A.; OSTRENSKY, A. **Plano de Conservação e Gestão da Baía de Guaratuba.** Relatório Técnico. TNC/GIA, 2008.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, Modernidade e Globalização.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: O Desafio da Sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002.

MARINHO, A. **Lazer, Meio Ambiente e Turismo: Reflexões sobre a Busca Pela Aventura.** Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abr./2007.

MELLINGER, L. L. **Processos Decisórios na Gestão dos Bens Naturais Comuns: Participação Democrática, Hibridismos e Invisibilidades.** 201 p. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MOLINA, S. **Turismo e Ecologia.** Bauru: Edusc, 2001,

MONTENEGRO JR, I. R. P. **Uma Metrópole em Transição: Reestruturação Produtiva e a Emergência do Turismo na RM de Fortaleza – CE.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2012. 2 v.

MUSSI, S.M. **O Processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em Conselhos de Unidades de Conservação: O Caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos – Teresópolis – Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/sultane.pdf>>. Acesso em: abr. 2007

SAMPAIO, R. **Uso Balneário, Apropriação do Espaço e Meio Ambiente em Pontal do Paraná, litoral Paranaense.** 228 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo: Analogias, Encontros e Relações.** São Paulo: Aleph, 2009.

SOUZA, J.V.C. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): Registros e Reflexões sobre o Surgimento de um Novo Paradigma para a Conservação da Natureza.** Universidade de Brasília. 2013

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável – Conceitos e Impactos Ambientais.** São Paulo: Aleph, 2000.

VIEITEZ, C.G. **Marx, o Trabalho e a Evolução do Lazer.** In: Bruhns, H.T. Lazer e Ciências Sociais: São Paulo: Chronos, 2002.

QUADROS, Juliana & GIRALDI-COSTA, Ana Clara & SEZERINO, Fernanda de S., SANTOS & SANTOS, Péricles A. dos. **Participação Social na Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Brasil: O Caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.** Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 6, n. 3, p. 32-49, set/dez 2015.

SCREMIM, Silva de Freitas. **Trilhas – Uma Volta ao Ambiente Natural. APA – Guaratuba. Universidade Federal do Paraná.** 2015. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42125/Silvia%20de%20Freitas%20Scremin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

WHITE, Richard. **Você é um Ambientalista ou Trabalha Para se Sustentar?: Trabalho e Natureza.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 472-491, jul./dez. 2013. Disponível em: <[www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)>.

LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 (Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências).

SITE INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORES (ICNF). Áreas Protegidas na Europa: os próximos 50 anos. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/areas-protegidas-na-europa-os-proximos-50-anos>>.

PISA DECLARATION ANTICIPATION AND INNOVATION TO PROTECT OUR NATURE AND PRESERVE OUR FUTURE. Disponível em: <[rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168047c5b5](http://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168047c5b5)>.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO N° 09, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014  
Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.